

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.659 - CE (2019/0303959-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : FRANCISCO JERRY LIMA DA SILVA
ADVOGADO : FRANCISCO JERRY LIMA DA SILVA - CE032694
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : PAULO HENRIQUE SARAIVA BEZERRA (PRESO)
PACIENTE : LUIS LANDELO DE ARAUJO CALIXTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de PAULO HENRIQUE SARAIVA BEZERRA e LUIS LANDELO DE ARAUJO CALIXTO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, no julgamento do HC n. 0622657-78.2019.8.06.0000.

Extraí-se dos autos que os pacientes foram presos em flagrante e posteriormente denunciados pela suposta prática dos crimes previstos nos art. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006 (tráfico e associação para o tráfico de drogas).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual conheceu em parte o *writ* e denegou a ordem, em acórdão assim ementado:

“EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ART. 33 E 35 DA LEI 11.343/06). ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. RÉUS ALGEMADOS. SÚMULA VINCULANTE 11. PEDIDO DE ANULAÇÃO DO ATO PROCESSUAL. REQUERIMENTO DE JUNTADA DE MÍDIA. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA. RITO CÉLERE. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA, E NA EXTENSÃO, DENEGADA.

1. Os pacientes foram denunciados por suposta infração aos art. 33 e 35, da Lei n° 11.343/06.

2. Não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo quando a ação penal segue sua marcha regular. Observa-se claramente que, na hipótese em estudo, não se verifica qualquer desídia por parte do magistrado.

3. O excesso de prazo na formação da culpa não pode ser analisado isolada e abstratamente, ou seja, é necessária a sua verificação no caso concreto, levando-se em conta a gravidade do fato e a periculosidade da paciente.

4. O uso de algemas durante a audiência somente afronta o enunciado da Súmula Vinculante n° 11 do STF, quando impõe

Superior Tribunal de Justiça

constrangimento absolutamente desnecessário, o que não se verifica nos autos, não sendo o recurso de Habeas Corpus o mais apropriado para esta análise.

5. Quanto ao requerimento da juntada de mídia gravada na audiência de instrução, a via estreita do habeas corpus restringe-se ao exame do mérito da impetração às provas pré-constituídas juntadas aos autos e às informações judiciais prestadas, de forma que compete ao impetrante instruir o pedido com documentos suficientes para aferição da ilegalidade apontada, não sendo possível maior dilação probatória.

6. Ordem parcialmente conhecida e na extensão denegada.”

No presente *mandamus*, a impetrante alega que a prisão já se estende por mais de um ano, sem que a instrução do processo tenha se encerrado e que houve uso de algemas, em audiência, desnecessariamente, o que viola o enunciado da Súmula Vinculante n. 11.

Requer, liminarmente e no mérito, o reconhecimento da nulidade da audiência realizada em 13/02/2019, assim como o relaxamento da prisão por excesso de prazo na instrução criminal.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim

Superior Tribunal de Justiça

de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

